

Juros são pagos normalmente

Sérgio Leo

BRASÍLIA — O Brasil foi obrigado a suspender ontem o pagamento de aproximadamente 1 bilhão 50 milhões de dólares de sua dívida com o Clube de Paris antes de 1983, mas evitou a todo custo um confronto com as agências governamentais representadas no Clube: continuará pagando religiosamente os juros da dívida contraída antes de 1983 e as parcelas do principal e juros da dívida com o Clube contratada após essa data. São 1,9 bilhões de dólares, que terão de ser obtidos com superávits comerciais.

O próximo passo, segundo já se admite no Ministério da Fazenda, é o acordo com o Fundo Monetário Internacional, considerado indispensável para a renegociação da dívida com o Clube de Paris e de 7,3 bilhões da dívida com os bancos privados que vencem este ano e em 1988. O governo espera que o plano de consistência macroeconômica em elaboração pelo Ministério da Fazenda assuma o papel de carta de intenções, garantindo uma recomendação do FMI aos credores internacionais e facilitando a renegociação da dívida brasileira.

A decisão do governo anunciada ontem não pode ser considerada uma posição de força, admitem assessores do ministro Bresser Pereira: mesmo adotando a moratória, o Brasil optou por pagar normalmente os juros da dívida contraída antes de 1983, e que pesarão, no balanço de pagamentos, cerca de 248 milhões de dólares. "Na interpretação mais otimista, isso pode ser considerado um gesto de boa vontade com os credores", argumenta um dos assessores do ministério.

Frustração — O governo brasileiro esperava contar com empréstimos novos do Clube de Paris este ano, pelo menos para cobrir os 1,9 bilhão de dólares que transferira, até dezembro, para pagar juros e principal da dívida com a entidade. Mas, para isso, teria que conseguir uma avaliação positiva de sua economia pelo FMI, o que não foi obtido pelo atraso na elaboração do plano de coerência macroeconômica da Fazenda, com metas e previsões trimestrais e semestrais para itens como déficit público, crescimento da economia, necessidades de financiamento e inflação.

Os novos empréstimos estavam previstos tacitamente no acordo negociado em janeiro pelo então assessor internacional do Ministério da Fazenda, Alvaro de Alencar. Sem esses empréstimos, e "diante da necessidade de preservar as reservas internacionais", segundo admitiu, ontem, o ministro em nota explicativa, foi decidida a moratória parcial com o Clube de Paris.

O acordo previa o reescalonamento por seis anos, com três de carência de 452 milhões de dólares da dívida anterior a 1983 a vencer no primeiro semestre. Para isso, seria necessário que o FMI enviasse ao Clube de Paris uma avaliação positiva sobre a economia brasileira. Nesse meio tempo, a mudança do ministro da Fazenda, e o atraso na elaboração do plano de estabilização da economia — devido principalmente à dificuldade de acertar o corte no déficit público segundo se admite no Ministério da Fazenda — impediram que o FMI enviasse essa avaliação positiva no prazo previsto, que se encerrou ontem.